

Newton Cardoso discute mandato e Constituinte com deputados de MG

Da Sucursal de Belo Horizonte

Os apelos do deputado Ulysses Guimarães em favor da agilização dos trabalhos do Congresso constituinte chegarão amanhã aos deputados do PMDB mineiro, pela voz do governador Newton Cardoso. O governador deverá insistir no pedido para que os parlamentares permaneçam em Brasília o maior tempo possível e garantir seu apoio ao mandato presidencial de cinco anos, já que deputados da bancada mineira alinhados ao grupo "histórico" e favoráveis aos quatro anos não foram convidados para o encontro, que começará às 11h no Palácio da Liberdade (sede do governo mineiro, na região central de Belo Horizonte).

A reunião havia sido marcada quinta-feira, horas antes de o governador receber o presidente do Congresso constituinte em sua residência oficial. A versão de que Newton partiria agora para contatos diretos com os parlamentares, dispensando intermediários, foi contestada ontem pelo seu secretário de Assuntos Municipais, Nilberto Moreira, ele próprio um dos responsáveis pela articulação com os deputados. No setor de comunicação do governo, no entanto, a Folha obteve a informação de que Newton tentará convencer pessoalmente os parlamentares, em conversas pessoais ou por telefone.

A pressa, um dos objetivos de Ulysses em sua peregrinação aos Estados (o encontro com Newton foi o primeiro da série), diz respeito à definição do sistema de governo e da duração do mandato do presidente Sarney. Ulysses defendeu em Minas, quinta-feira, um entendimento que permita dar prioridade a esses assuntos. O secretário de Assuntos



Newton Cardoso (PMDB), que irá se encontrar com parlamentares de seu Estado

Municipais, Nilberto Moreira, diz que a maioria da bancada "está fechada" com os cinco anos e que o apoio a esta posição ainda deve crescer. Dos 56 constituintes mineiros, 37 assinaram a emenda Iensen. Entre os 37 do PMDB, o apoio foi dado por 24. Moreira ressalva que em alguns casos a preferência pelo tempo de

mandato depende do sistema de governo que vier a ser aprovado.

O governador de Minas tem dito que poderá admitir os quatro anos, desde que esta seja a posição da maioria dos governadores, que irão se reunir em Belo Horizonte, no dia 28. A maioria, até aqui, tem sido pelos cinco anos.

Álvaro Dias ajudou 5 anos, diz Iensen

Da Sucursal de Curitiba

O governador do Paraná, Álvaro Dias (PMDB), 42, iniciou o ano com uma nova posição pública: Diz que não toma partido sobre a duração do mandato do presidente José Sarney, mas continua trabalhando pela aprovação do mandato de cinco anos no plenário do Congresso constituinte. O próprio autor da emenda em favor dos cinco anos, deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), 51, confirmou que o governador "deu a parcela dele" na coleta de assinaturas de 16 constituintes do PMDB paranaense para o pedido de preferência na votação do assunto.

Durante a operação de coleta de

assinaturas para a sua emenda, iniciada há mais de dez dias, Matheus Iensen telefonou ao governador para pedir sua ajuda junto a parlamentares paranaenses que ainda não tinham decidido apoiar o movimento. Iensen disse na sexta-feira que dos 16 deputados do PMDB no Estado que apoiaram a emenda, "o governador Álvaro Dias foi quem me ajudou a conseguir cinco assinaturas da bancada".

A revelação do deputado confirma a interferência de Álvaro no processo de discussão do mandato, depois que o próprio governador havia declarado que não iria influenciar os constituintes do Estado no debate dos temas mais polêmicos da nova Constituição, incluindo o mandato e o

sistema de governo. Entre as adesões conseguidas por Dias, a mais surpreendente foi a do deputado José Tavares —que até há pouco tempo poderia ser incluído em uma lista de "históricos" paranaenses, mas que acabou convencido a assinar, como forma de tentar garantir sua pretensão de candidato à Prefeitura de Londrina (PR), ainda este ano.

Álvaro Dias foi eleito para o governo paranaense defendendo um mandato de quatro anos para o presidente Sarney. A mudança, declarou o deputado Airton Cordeiro (PFL-PR) no plenário do Congresso constituinte, foi parte de um "processo de barganha" entre o governador paranaense e o Palácio do Planalto.